

## Conferência internacional em Lisboa (ISCTE-IUL) - 04/12/2025

### Sessão de encerramento

#### Intervenção de Henrique Sousa, da Práxis e da Comissão Organizadora

Caras e caros participantes nesta nossa conferência,

Esta foi a primeira conferência internacional em Portugal a reunir investigadores e representantes dos trabalhadores para um debate profundo e amplo sobre como desenvolver a democracia económica, como promover a participação dos trabalhadores na governação e nas decisões estratégicas das empresas. Isto aconteceu graças à união de esforços entre a associação Práxis, que aqui represento, o ETUI - Instituto Sindical Europeu e o CIES - Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do ISCTE, organizações parceiras nesta organização que daqui saudamos.

Queremos também agradecer a todos quantos participaram neste dia de intensa reflexão partilhada e aos que vieram de outros países alargar os horizontes deste debate. Um reconhecimento especial é devido aos oradores e moderadores participantes nos quatro painéis, investigadores, activistas laborais e outros actores sociais e políticos, pela partilha das suas análises, saberes e experiências. Todos contribuíram para que possamos afirmar com convicção que saímos desta conferência mais enriquecidos e com mais reflexão e mais conhecimento partilhado do que quando aqui entrámos esta manhã.

**Esta conferência tem grande importância para o mundo do trabalho em Portugal. No nosso país estamos ainda a dar os primeiros passos quanto a este tema.** Esperamos que esta conferência contribua para inscrever o tema do desenvolvimento da democracia no trabalho, da co-determinação e da participação dos trabalhadores na governação das empresas na agenda política e nas agendas do mundo do trabalho e do mundo académico.

Em Portugal e na Europa, o mundo do trabalho, o Estado Social e a democracia estão sob ataque e enfrentam tempos difíceis. **Realizamos esta conferência nas vésperas de uma greve geral conjunta das duas confederações sindicais portuguesas, a CGTP e a UGT, com numerosos sindicatos independentes,** numa grande frente unida contra um pacote de reformas laborais proposto pelo actual Governo que constitui o maior ataque aos direitos dos trabalhadores das últimas décadas e cuja aprovação significaria um enorme retrocesso nas relações laborais em Portugal.

**O projecto de revisão das leis laborais é uma demonstração viva de que para este governo os trabalhadores e o trabalho não fazem parte da empresa.** Estes governantes são adeptos do conceito ultraliberal de que a empresa é só o capital, o trabalho é uma mercadoria e os trabalhadores são *stakeholders*, colaboradores ou

partes contratantes exteriores que vendem a sua força de trabalho. Sem voto na matéria quanto ao futuro das empresas de que são parte.

O debate que aqui fizemos mostrou que é preciso opor a esse conceito liberal e ultrapassado da empresa como mera sociedade comercial dos accionistas, o conceito de empresa como unidade socioeconómica constituída pelos proprietários do capital e pelos trabalhadores, em que a estes tem de ser reconhecida voz própria e participação nos processos deliberativos sobre o futuro das empresas.

### **A democracia não pode ficar à porta dos locais de trabalho.**

Neste tempo de profundas mudanças e desafios convocados pela emergência climática, pela automação e digitalização, pela inteligência artificial, tudo com profundos impactos no mundo do trabalho, há novas e reforçadas razões para que os trabalhadores sejam parte activa dos processos deliberativos nas empresas. Como se pode falar de transição justa, verde ou digital, negando a participação dos trabalhadores?

No processo preparatório desta conferência fomos confrontados com esta questão: **por que razão organizamos uma conferência por mais democracia e mais participação dos trabalhadores nas empresas, quando o que já temos não está garantido nem é respeitado e enfrentamos uma ofensiva tão grande contra os trabalhadores e o Estado Social?**

Eis uma boa questão a que demos uma boa resposta nesta conferência.

A resistência necessária dos trabalhadores ao que enfrentamos em Portugal, na Europa e no mundo, para ser eficaz, não pode ser apenas defensiva. Quem se limita a defender mais perde. Exigir mais democracia nos locais de trabalho e a participação nas decisões e na governação das empresas faz parte da aspiração a uma sociedade mais saudável e inclusiva que valorize a dignidade do trabalho e não o trate como mercadoria ou recurso descartável. Não desistir de abrir caminhos de futuro, mais democracia, uma outra economia, a redução do tempo de trabalho, mais tempo para viver e para participar, é também iluminar os caminhos da resistência do mundo do trabalho e dar-lhe um sentido de esperança. E como precisamos da mobilização da esperança e de sentidos de futuro em tempos sombrios!

Não tenho a pretensão de propor conclusões para a nossa conferência. Gostaria apenas de aqui **destacar ainda três tópicos** suscitados por este nosso produtivo debate, para memória futura:

1 - É sem dúvida indispensável e prioritário a atenção e o combate pela prática efectiva dos direitos laborais, sindicais e das comissões de trabalhadores das empresas previstos nas convenções colectivas de trabalho, na Constituição e no Código do Trabalho, em que é enorme em Portugal a distância entre as normas e a realidade nos

locais de trabalho. O que se passa em muitas empresas é atentatório do Estado de Direito.

**Mas esta conferência demonstrou que é necessário irmos mais além nos direitos e na participação.** Não conseguimos progredir nos direitos laborais nas empresas, não há transição justa para enfrentar os desafios climáticos e digitais, sem mais democracia no trabalho e nas empresas, sem mais valorização do papel dos sindicatos e comissões de trabalhadores e sem conquistar formas de participação efectiva dos trabalhadores na sua governação. Tal como o contrato social não elimina o conflito mas assegura um chão comum para a existência das nossas comunidades políticas e para os nossos Estados Sociais, também o reconhecimento do conflito de interesses nos locais de trabalho não é incompatível com a negociação colectiva e com a exigência da participação dos trabalhadores na co-determinação do futuro das empresas.

No caso português, como se verificou na conferência, fica **também aqui um desafio para as confederações sindicais e para as comissões de trabalhadores:** incluïrem nas suas agendas o desenvolvimento da participação dos trabalhadores em todos os domínios, incluindo na empresa, como uma questão central para a revitalização do sindicalismo.

2 - A Constituição portuguesa estabelece o direito de eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos sociais de empresas públicas e outras entidades públicas, com vista a assegurar uma participação efectiva, repito, efectiva, dos trabalhadores, na respectiva gestão, e comete às comissões de trabalhadores o direito de promover essa eleição. **Precisamos de exigir que a Constituição portuguesa seja cumprida e não distorcida e que as leis laborais neste domínio estejam em conformidade com a Constituição e não a diminuam. Precisamos que o direito reconhecido pela Constituição à participação dos trabalhadores nas empresas e outras entidades do sector público, seja também aplicável às empresas do sector privado.** E precisamos de exigir que o direito de participação dos trabalhadores nos órgãos de governação seja de facto reconhecido, e não reduzido à caricatura de órgãos consultivos sem poderes ou a participações isoladas e atípicas em conselhos de administração, como são os casos da TAP e da SATA Açores.

**Tudo isto reclama certamente vontade política, empenhamento do mundo do trabalho, reflexão e estudo,** com a participação das organizações dos trabalhadores e da investigação, para a construção de um modelo participativo que tenha em conta a nossa realidade sociolaboral e que aproveite também as boas práticas e experiências existentes na Europa. **Temos muita estrada para andar para construir as nossas próprias respostas** sobre as soluções políticas e legislativas, os modos de participação nos órgãos de governação e o estatuto específico dos representantes de trabalhadores, a sua relação e comunicação com os trabalhadores, a sua articulação com os sindicatos e comissões de trabalhadores.

3 – Finalmente: a nossa conferência demonstrou como **temos muito a aprender uns com os outros e como importa continuar a desenvolver o debate, a cooperação e a troca de experiências à escala europeia**. Esperamos que esta conferência também tenha contribuído para o desenvolvimento de uma autêntica rede europeia de estudo, diálogo e cooperação entre todos os que estão empenhados na promoção da democracia no trabalho e na co-determinação, em linha e em cooperação com o trabalho da Confederação Europeia dos Sindicatos e o Instituto Sindical Europeu.

Em Portugal, costumamos no mundo do trabalho usar frequentemente a expressão “A luta continua”. Com ela me despeço, mas acrescentando que “só a vitória não é certa”. Mas também é verdade que quem não luta já perdeu. E a gente vai continuar. Saudações cordiais a todas e a todos. Bom regresso a casa!